

---

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.

---



Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, retratado na primeira seção de *Experimentações do Patrimônio* | Imagem: [InfoPress](#).

## **Memórias de dor – Resenha de *Experimentações do Patrimônio: Diversidades e Resistências*, organizado por Hilda Jaqueline de Fraga, Claudira do Socorro Cirino Cardoso, Éverton Reis Quevedo e Véra Lucia Maciel Barroso**

**Victória Karoline Santos Domingo (UFS)**

**Resumo:** *Experimentações do Patrimônio: diversidades e resistências*, organizada por Hilda de Fraga, Claudira Cardoso, Éverton Quevedo e Véra Barroso, objetiva repensar criticamente o patrimônio cultural. Sofre com fragmentação, foco regional limitado e predomínio de vozes acadêmicas. Destaca-se por abordagem decolonial, inclusão de resistências socioculturais e estudos de caso instigantes.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; diversidade; resistência; decolonialidade; memória social.

*Experimentações do Patrimônio: diversidades e resistências* é uma coletânea com múltiplos autores, organizada por Hilda Jaqueline de Fraga, Claudira do Socorro Cirino Cardoso, Éverton Reis Quevedo e Véra Lucia Maciel Barroso. Composta por 17 capítulos compartimentados em 5 seções, a obra tem o propósito de discutir o patrimônio cultural sob perspectivas críticas, com foco nas resistências socioculturais e na diversidade de pessoas, práticas e memórias. Essa coletânea tem como objetivo principal repensar de maneira crítica o espaço que o campo do patrimônio cultural ocupa, possibilitando a ampliação da linha tênue que permeia a inclusão de práticas, indivíduos e memórias que são historicamente silenciadas.



Em relação aos seus organizadores, Hilda de Fraga, Claudira Cardoso, Éverton Quevedo e Véra Barroso são historiadores vinculados à Associação Nacional de História (ANPUH/RS) que buscam intercalar o diálogo e discussões sobre patrimônio cultural. Hilda de Fraga é doutora em Educação, além de professora e pesquisadora na área de patrimônio cultural. Claudira Cardoso possui doutorado em Ciência Política e professora programa de pós-graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Éverton Quevedo, por sua vez, possui doutorado na área de História e atua como professor em Cachoeirinhas, Rio Grande do Sul. Por fim, Vera Lúcia é doutora em História, atuando principalmente como historiógrafa do Centro Histórico-Cultural de Santa Casa. A obra dialoga diretamente com o contexto de transformação do campo patrimonial nas últimas décadas, no qual se amplia a percepção de patrimônio para além dos bens materiais tombados pelo Estado. Inserida numa prática e posição de pensamentos que valorizam a construção social da memória, a coletânea assume como ponto de partida o entendimento de que o patrimônio é uma arena de disputas – simbólicas, políticas e epistemológicas. Nesse sentido, autores como Aníbal Quijano e Linda Tuhiwai Smith são citados em alguns capítulos para embasar a crítica à colonialidade do saber e à centralidade ocidental na definição do que merece ser preservado.

A primeira seção, que conta com quatro capítulos, articula reflexões sobre a exclusão histórica de corpos dissidentes e racializados dos processos de patrimonialização. O capítulo de Marlise Giovanaz e Ana Carolina Gelmini de Faria discute a exposição de Stonewall realizada no Memorial do Rio Grande do Sul, destacando como a memória LGBTQIAPN+ pode ser resgatada e ressignificada por meio da curadoria compartilhada. A proposta alinha-se com a ideia de “militância museológica”, em que o museu é um objeto ativo de visibilidade e disputa, dando voz àqueles que nunca tiveram oportunidade de serem escutados. Em outro capítulo, Roberta de Melo e Maria Aparecida Bergamaschi analisam a representação dos povos indígenas nos museus brasileiros, denunciando a estereotipação e a folclorização dessas culturas. Inspiradas em Linda Tuhiwai Smith e nos debates da descolonização patrimonial, as autoras defendem a urgência de epistemologias indígenas como base para curadorias mais justas, elencando os museus indígenas criados no Brasil, os quais são evidentemente espaços que mostram a resistência, pois são eles os responsáveis por manter e recuperar a memória e patrimônio cultura dos povos originários. Igor Valvassori e Simone Scifoni são quem compõem o terceiro capítulo dessa seção, posicionando-se assertivamente, ao fazer um apanhado sobre o samba rock e os bailes negros paulistanos e reconhecer essas práticas como patrimônio imaterial e valorizando a memória afetiva e coletiva da população negra periférica, a fim de evidenciar o mito da democracia racial e à segregação urbana. Uma vez que, durante o regime militar (1964-1985), esses eventos mantiveram viva a estética black power, articulando

música, dança e reivindicações por cidadania e respeito aos corpos negros, as quais fundamentam a cultura preta como construtora de cidades e cidadania.

Na segunda seção, o foco recai sobre a memória da repressão política no Brasil e em Portugal, reunindo três capítulos que mostram como o patrimônio cultural pode funcionar como instrumento de denúncia ao dar visibilidade às narrativas silenciadas nos períodos ditatoriais. O texto de Luís Farinha sobre o Museu do Aljube, em Lisboa, destaca o papel pedagógico das instituições museológicas na formação da memória democrática, pois o autor demonstra como o diálogo resultou em uma “memória ativa” que serve tanto como espaço de educação cívica quanto como espaço de luto das vítimas. O estudo de Maria Alice Samara amplia esse debate ao discutir a cidade como suporte de memória por meio da arte urbana, como grafites e intervenções em muros, que colocam em pauta as ausências e violências, revelando a arte de rua como espaço de reexistência. Já o texto de Julia Gumieri finaliza essa seção de forma interessante ao investigar os livros de visitas do Memorial da Resistência de São Paulo, revelando conflitos entre a memória oficial e as leituras subjetivas dos visitantes, em decorrência da identificação de padrões divergentes que elucidam como essa discussão é essencial para compreender que as disputas pela memória não se encerram na institucionalização de museus, mas continuam vivas, com sentidos atribuídos por seus públicos.

A terceira divisão traz reflexões que aprofundam as relações patrimoniais, dando espaço a estudos sobre lutas territoriais e articulações entre cultura e direito à cidade. O capítulo de Alberto Santos e Mariana Nito é contundente ao analisar a patrimonialização promovida por coletivos da Brasilândia e da Freguesia do Ó, na cidade de São Paulo, uma vez que essas são áreas que, historicamente, sofreram com a expansão desordenada da metrópole, falta de infraestrutura e invisibilidade urbana nos planos oficiais de preservação. Os autores promovem uma análise que dialoga com os estudos de H. Lefebvre sobre o direito à cidade para entender a periferia como espaço de conflitos e apropriações, evidenciando a tensão entre desejo de preservação e carência de infraestrutura. Hernán Lancheros, ao tratar das territorialidades campesinas na Colômbia, amplia o escopo da coletânea ao incluir uma perspectiva latino-americana das lutas patrimoniais, que reivindicam reconhecimento cultural por meio de práticas cotidianas e narrativas orais. O autor referencia o pensamento de Arturo Escobar sobre territorialidades alternativas como forma de ruptura com o desenvolvimento ocidental, propondo um olhar anticolonial que questiona os modelos europeus e estadunidenses impostos. Finalizando esta seção, Jeniffer Cuty e Letícia Heinzmann estreitam os limites legais do conceito de patrimônio ao propor a patrimonialização de ocupações urbanas, como a Ocupação Lanceiros Negros, discutindo o patrimônio cultural sob a perspectiva do direito à moradia, aproximando-o de uma ética da reparação, que defende o reconhecimento da diversidade de saberes e práticas como condição para a justiça social.

A quarta parte reúne três capítulos que tratam de processos de patrimonialização de tragédias e experiências traumáticas. O caso da Boate Kiss, analisado por Juliane Serres e Dani Rangel, é emblemático ao tratar como o lugar de memória pode ser construído a partir da dor. Baseando-se no conceito de “sítio autêntico” de Clément Robin, as autoras caracterizam a Boate Kiss como lugar diretamente marcado pelo trauma, não apenas como lembrança simbólica, mas como espaço concreto de luto coletivo e justiça. José Furtado, por sua vez, propõe uma reflexão filosófico-literária sobre a morte como patrimônio simbólico. Ao narrar um encontro ficcional com a Morte personificada, Furtado convida o leitor à reflexão sobre a

finitude como parte inseparável da experiência humana. Já o capítulo de Maurício Castro, Myrian Sepúlveda e Viviane Borges fecha essa seção com uma discussão crítica acerca da arte carcerária e do patrimônio prisional como forma de expressão e constituidores de locais de memória, baseando-se em Foucault (1975) e nos estudos sobre o patrimônio difícil. Os autores argumentam abordagens contemporâneas sobre patrimônio e marginalidade, mostrando que, embora desconfortáveis, espaços de aprisionamento também são lugares de memória. O autor destaca a invisibilidade social, partindo de um pressuposto de que “não há nada ali a se preservar” (p. 345), tornando este um dos pontos mais altos desta seção ao evidenciar o registro da experiência de exclusão.

A última seção encerra a coletânea com quatro capítulos que abordam as possibilidades de democratização do acesso ao patrimônio cultural, enfatizando que o reconhecimento de bens culturais deve necessariamente incluir políticas que garantam a acessibilidade a todos. Maria Santos defende o papel do plano museológico como instrumento de partilha e inclusão, transmitindo a ideia de que não é apenas a adaptação dos acervos, mas uma proposta de reconfiguração museológica, a partir das necessidades e demandas sociais, que viabilizem dar voz àquele que antes fora silenciado. Seguindo a temática proposta nesta seção, Elis Regina Angelo e Conceição Barbosa discutem a derrubada de monumentos em tempos de iconoclastia e revisionismo histórico, tematizando os limites da memória pública e os sentidos da vandalização como crítica social, sinalizando a fundamentalidade da compreensão de que esses eventos são sintomas de uma reivindicação de justiça e democracia histórica, como o Black Lives Matter, por exemplo. Doris Couto e Enrique Madia, por sua vez, contribuem com um olhar técnico e ético sobre a acessibilidade em exposições museológicas, defendendo que a comunicação museológica deve ser multissensorial e inclusiva desde sua concepção, apoiando-se em legislações nacionais e internacionais sobre os direitos culturais das pessoas com deficiência, ressaltando que a ausência de infraestrutura adequada para pessoas com deficiência é um fator excludente e inconstitucional.

Apesar de o livro causar e propor ótimas discussões, essa obra apresenta alguns pontos negativos. O mais evidente é a ausência de uma conclusão ou texto que finalize e articule as seções, propondo uma síntese crítica das temáticas apresentadas. Isso acaba reforçando uma sensação de fragmentação da coletânea durante a sua leitura. Além disso, embora a obra defenda a participação social, a autoria dos capítulos é majoritariamente acadêmica, o que limita a presença de vozes populares na própria produção ativa nas construções de cada texto. O capítulo 3, que debate sobre o samba rock, no entanto, poderia ter aprofundado mais a análise das relações institucionais e dos mecanismos legais de reconhecimento desses bens, já que o enquadramento legal das práticas culturais periféricas segue sendo um desafio frente ao racismo institucionalizado. Outro exemplo é o texto de José Furtado, que, apesar de sua beleza lírica, pode acabar destoando um pouco da proposta mais analítica da coletânea; porém, o contexto pandêmico da COVID-19, torna essa narrativa incisiva do ponto de vista sensível da obra.

Além disso, a coletânea concentra-se em regiões urbanas do Sudeste e Sul do Brasil, deixando lacunas importantes em relação às práticas patrimoniais desenvolvidas no Norte e Nordeste, em contextos amazônicos, ribeirinhos, quilombolas e sertanejos, por exemplo. Essas regiões, historicamente marcadas por experiências coloniais, conflitos territoriais e resistência cultural, são fundamentais para uma discussão ampla sobre patrimônio como ferramenta de afirmação

identitária. Essa ausência pode acabar por invisibilizar saberes tradicionais e formas de patrimonialização comunitária.

Por outro lado, os méritos da coletânea também são expressivos. Este livro está inserido no campo da museologia crítica, buscando causar inquietação sobre a noção tradicional e institucional de patrimônio criada, na qual o intuito é colocar em primeiro plano a valorização de experiências historicamente silenciadas. A obra amplia o debate patrimonial a partir de perspectivas diversas e muitas vezes negligenciadas pelas políticas culturais governamentais, como no capítulo 10, ao propor que ocupações urbanas sejam reconhecidas como patrimônio. Criar uma articulação entre necropolítica, memória coletiva e arte torna este capítulo um dos mais provocativos da obra, sinalizando a emergente reinvenção do campo patrimonial como peça-chave. Já na última seção, que intercala um debate sobre a patrimonialização de experiências traumáticas, o texto que discute o ocorrido na Boate Kiss acerta ao mostrar que o patrimônio não se resume à celebração do passado, mas também à memória dos sofrimentos que exigem reconhecimento público e institucional.

Em síntese, *Experimentações do Patrimônio: diversidades e resistências* cumpre o seu principal objetivo de oferecer uma contribuição plural e crítica para os estudos sobre patrimônio cultural e memória social, na medida em que a proposta de mudar o olhar dos bens monumentais para as práticas vividas e as vozes silenciadas se concretiza ao longo da obra. O livro torna-se um importante objeto de ampliação das fronteiras do campo patrimonial, com base em princípios de justiça social, inclusão e resistência, seja para estudantes, pesquisadores ou até mesmo gestores públicos.

---

## Referências

FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.) *Experimentações do patrimônio: diversidades e resistências*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

---

## Sumário de *Experimentações do Patrimônio: diversidades e resistências*

Prefácio

Apresentação

Patrimônio, gênero e questões étnico-raciais

1. Uma exposição em nuances
2. Descolonizando representações indígenas nos museus brasileiros:
3. Samba rock e baile negros
4. A mediação e o patrimônio cultural imaterial:
5. Patrimônio e Ditadura
6. Usos do passado e combates pela memória, pela história e pela democracia
7. Memória e ausência nas paredes das cidades
8. Análise de livros de visita do Memorial da Resistência de São Paulo e os confrontos entre memórias da ditadura
9. Patrimônio, resistências e movimentos sociais
10. A experiência da Brasilândia e da Freguesia de Ó (SP) como estratégia de mobilização social na preservação do patrimônio cultural

11. Al margen del patrimônio y la ciudadanía cultural apuntes iniciales desde la experiencia campesina em Colômbia
12. Patrimônio Cultural, direito à moradia e direitos humanos
13. Patrimônio da Dor
14. A patrimonialização de memória do sofrimento
15. Pensamentos, reflexões e percepções acerca da morte
16. Contando uma história difícil
17. Patrimônio, inclusão e acessibilidade
18. O plano museológico como instrumento de partilha e inclusão
19. Iconoclastia, vandalismo e direitos humanos
20. Exposições acessibilizadas
21. Turismo accesible y seguridad en sitios patrimoniales

---

### Resenhista



Victória Karoline Santos Domingos é mestranda em História e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Arquiteta e Urbanista do Projetar Sergipe (PROJETAR.SE), programa veiculado pelo Governo do Estado de Sergipe. ID Currículo LATTES:

<http://lattes.cnpq.br/7999496618612911>; ID ORCID:

<https://orcid.org/0009-0004-4821-6182>; E-mail:

[victoriadomingos.arqurb@gmail.com](mailto:victoriadomingos.arqurb@gmail.com).

---

### Para citar esta resenha

FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.) *Experimentações do patrimônio: diversidades e resistências*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. 479 p. Resenha de: DOMINGOS, Victória Karoline Santos. Memórias da dor. *Crítica Historiográfica*, Natal. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.5, n. 21, p. 26-31, jan./fev., 2025.

---

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).